

5. Estímulo ao desenvolvimento de instalações de estocagem de gás natural, inclusive reavaliação do modelo de outorga, tendo em vista o desenho de novo mercado de gás natural:

5.1. Quais medidas poderiam estimular o desenvolvimento de instalações de estocagem de gás natural no Brasil?

A estocagem subterrânea de gás natural (ESGN) é, em todo mundo, uma das fontes de confiabilidade e flexibilidade mais utilizadas nas redes de gás natural. Em nossa opinião, o armazenamento de gás natural é a chave para passar do atual sistema no Brasil, no qual a Petrobras garante e equilibra todo o sistema usando todas as ferramentas que possui em seu portfólio e arca com o custo dessa gestão, para um sistema em que os custos e serviços de flexibilidade são precificados e alocados com transparência conforme as necessidades de cada agente.

Neste futuro modelo-alvo:

- O **transportador** será responsável para garantir que os carregadores poderão usar os contratos de transporte dentro das condições contratuais e pelo equilíbrio e otimização da sua rede. O transportador terá de contratar instrumentos de flexibilidade no mercado para equilibrar o sistema.
- O **distribuidor** poderá buscar e oferecer contratos mais flexíveis aos seus clientes.
- O **produtor** poderá produzir segundo as necessidades e características de seu campo e desacoplar parcialmente esta produção dos seus contratos de venda.
- O **grande consumidor** poderá contratar o gás com a flexibilidade e confiabilidade compatíveis com o seu negócio específico. Ter acesso ao armazenamento será de extrema importância neste novo modelo.
- As **termoelétricas** poderão contratar gás conforme sua expectativa de consumo anual e gerar energia com a flexibilidade requerida pelo Operador do Sistema sem impactar a rede de gás natural e com a confiabilidade de uma usina com reservatório próprio

Um modelo regulatório consistente, claro e que respeite às particularidades do negócio de ESGN ajudará a estimulação do desenvolvimento da atividade no Brasil.

Algumas medidas concretas que sugerimos:

- **Clareza e consistência no marco regulatório para ESGN no Brasil.**
 - Para ESGN em campos de óleo e gás maduros sugerimos o modelo atualmente existente para campos já concedidos. Isto é, uma concessão para exploração e produção do campo e uma autorização para conversão do campo via Plano de Desenvolvimento.

- Para outras formações geológicas – depósitos de sal e aquíferos – uma outorga dos direitos minerários nos moldes atuais do DNPM combinados com uma autorização da ANP para construção e prestação do serviço.
 - Ressaltamos também a importância para estabilidade no marco regulatório. Para investidores no projetos de ESGN, tipicamente projetos com horizonte de retorno no investimento de longo prazo, é importante que por exemplo um modelo de outorga já emitido não pode ser alterado e que haja clareza na possibilidade de renovação das outorgas e autorizações.
- **Liberdade de negociação de preços.** Diferentes agentes valorizam o armazenamento de maneira distinta e devido a suas diferentes características de uso implicam em custos diferentes para desenho, construção e operação de um ESGN. Por este motivo, para incentivar o desenvolvimento do setor é fundamental que os preços e produtos sejam livremente negociados entre as partes.
 - **Acesso livre e competitivo as redes de transporte e distribuição.** Usuários de ESGN precisam necessariamente acesso a rede de transporte para injetar e retirar o gás do armazenamento. Livre acesso a rede de gasodutos e com tarifas competitivas e informações de capacidade em tempo real transparentes são importantes para a viabilização de projetos de ESGN.. É importante frisar que armazenamento tem uma função benéfica para um uso otimizado dos gasodutos, desta maneira em geral é interesse para o sistema que o ESGN se desenvolva. Consumidores de gás com acesso ao ESGN podem contratar gás, em geral produzido em distancias mais longes do consumo, com menos flexibilidade ou até em base load e a modulação do gás pode ser feito no armazenamento. Essa estratégia resultará em um uso do sistema dos gasodutos mais otimizado, potencialmente reduzindo a necessidade de aumentar a capacidade do rede. Dentre as características do modelo de transporte os maiores impactos para o ESGN estão nos temas como livre acesso, swap e uso de capacidade interruptível. Dependendo do modelo escolhido para o transporte é necessário adaptar algumas regras comerciais e operacionais para uso pelo ESGN.
 - **ANP atuando como único regulador para projetos de ESGN.** Dependendo da formação de ESGN vários órgãos regulatórios são envolvidos: ANP (campos depletados), DNPM (cavernas de sal) e ANA (aquíferos). Há um risco que cada órgão regulador desenvolva regras específicas e conflitantes para ESGN trazendo desigualdade entre projetos, insegurança para empreendedores e até mesmo inviabilidade para alguns projetos. Sugerimos que ANP atua como órgão regulador chave para ESGN no Brasil estabelecendo convênios e acordos de delegação específicas entre as agências no que tange a projetos de ESGN..

5.2. É o entendimento desta instituição que há a necessidade de alterar o modelo de outorga das estocagens? Qual(is) seria(m) o(s) modelo(s) alternativo(s)?

Para ESGN em campos de óleo e gás maduros sugerimos o modelo atualmente existente para campos já concedidos. Isto é, uma concessão para exploração e produção do campo e uma autorização para conversão do campo via Plano de Desenvolvimento (PD).

Em mais detalhe, campos maduros devolvidos à ANP poderão entrar nos leilões existentes para campos maduros/marginais. O concessionário do campo terá a possibilidade de desenvolver e apresentar um projeto de ESGN, seguindo resolução ANP 17/2015. O projeto será detalhado no Plano de Desenvolvimento e junto com a aprovação do PD a ANP dará ao concessionário a autorização para a ESGN.

Para outras formações geológicas – depósitos de sal e aquíferos – uma outorga dos direitos minerários nos moldes atuais do DNPM combinados com uma autorização da ANP para construção e prestação do serviço. Neste modelo, o interessado solicitaria uma Autorização de Pesquisa ao DNPM, com base nela faria os estudos iniciais e em havendo indícios de possibilidade de desenvolvimento de ESGN solicitaria a ANP autorização para desenvolvimento do projeto assim como a concessão de lavra que seria outorgada de maneira coordenada entre ANP e DNPM.

5.3. Quais os custos e benefícios destes posicionamentos?

As vantagens de nosso posicionamento são:

- **Simplificação de implementação.** Não será introduzido um modelo novo, mas aproveitando-se modelos existentes já consolidados.
- **Isonomia entre diferentes ESGNs.** Todos os tipos do ESGN precisarão da mesma autorização da ANP, evitando potencial desigualdade entre os projetos.
- **Sem necessidade de fazer uma licitação para ESGN.** O Lei de Gás prevê em alguns casos a aplicação de modelo de concessão precedida de licitação. Para uma licitação ser bem sucedida, seria necessário, entre outros: definição dos volumes e capacidades de injeção e retirada de ESGN e definição do preço de serviço de ESGN. Para definir essas informações são necessários: estudos geológicos, técnicos e econômicos detalhados, além de clientes alinhados. Em um projeto de estocagem, essas informações não são estáticas e podem variar conforme se conheça melhor a geologia ou em função de demandas dos clientes, da estratégia de desenvolvimento geológico, ou ainda da tecnologia escolhida. Um dos

principais entraves ao modelo de concessão, como proposto na lei, seria a questão de como esses custos muito elevados serão pagos e por quem. Quem assumiria esse risco? Acreditamos que com o modelo de licitação há riscos enormes de não ser bem sucedida podendo travar o desenvolvimento de atividade ESGN no Brasil. Com o modelo sugerido não haverá mais a necessidade de fazer licitações para ESGN.

Com o modelo apresentado os agentes econômicos terão um marco regulatório claro, conhecido e adequado para a atividade de ESGN, um pré-requisito para investir neste atividade.

5.4. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

Alterações para o Lei de Gás 11.909 de 4 de março 2009

[versão com marcas de revisão]

Art. 3º A atividade de transporte de gás natural será exercida por sociedade ou consórcio cuja constituição seja regida pelas leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, mediante os regimes de:

I - concessão, precedida de licitação; ou

II - autorização.

§ 1º O regime de autorização de que trata o inciso II do **caput** deste artigo aplicar-se-á aos gasodutos de transporte que envolvam acordos internacionais, enquanto o regime de concessão aplicar-se-á a todos os gasodutos de transporte considerados de interesse geral.

§ 2º Caberá ao Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, fixar o período de exclusividade que terão os carregadores iniciais para exploração da capacidade contratada dos novos gasodutos de transporte.

§ 3º A empresa ou o consórcio de empresas concessionários ou autorizados para o exercício da atividade de transporte de gás natural somente poderão explorar aquelas atividades referidas no [art. 56 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), além das atividades de ~~estocagem~~, transporte de biocombustíveis e construção e operação de terminais.

§ 4º Poderá ser delegada à ANP a competência para declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação dos gasodutos concedidos ou autorizados e de suas instalações acessórias.

CAPÍTULO IV

DA ESTOCAGEM E DO ACONDICIONAMENTO DE GÁS NATURAL

Art. 37. A atividade de estocagem de gás natural será exercida por empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e

administração no País, por conta e risco do empreendedor, mediante ~~concessão, precedida de licitação, ou~~ autorização.

§ 1º A empresa ou o consórcio de empresas autorizados para o exercício da atividade de estocagem de gás natural não poderão exercer atividades de transporte ou carregamento de gás natural.

Art. 38. O exercício da atividade de estocagem de gás natural em reservatórios de hidrocarbonetos ~~devolvidos à União e em outras formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos será objeto de concessão de uso, precedida de licitação na modalidade de concorrência, nos termos do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será objeto de autorização da ANP expedida ao concessionário do referido reservatório~~ devendo a exploração se dar por conta e risco do concessionário.

~~§ 1º Caberá ao Ministério de Minas e Energia ou, mediante delegação, à ANP definir as formações geológicas referidas no **caput** deste artigo que serão objeto de licitação. Reservatórios de hidrocarbonetos devolvidos à União serão concedidos conformes as regras vigentes e caberá ao concessionário propor sua conversão para uso como campo de estocagem de gás.~~

~~§ 2º A ANP elaborará os editais e promoverá a licitação para concessão das atividades de estocagem de que trata o **caput** deste artigo.~~

~~§ 3º A ANP, mediante delegação do Ministério de Minas e Energia, celebrará os contratos de concessão para estocagem de gás natural.~~

~~§ 4º Caberá ao Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, fixar o período de exclusividade que terão os agentes cuja contratação de capacidade de estocagem tenha viabilizado ou contribuído para viabilizar a implementação de instalação de estocagem de que trata o **caput** deste artigo.~~

~~§ 25º~~ O gás natural importado ou extraído, nos termos do [art. 26 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), e armazenado em formações geológicas naturais não constitui propriedade da União, conforme o [art. 20 da Constituição Federal](#).

Art. 39. O exercício da atividade de estocagem de gás natural em outras formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos será objeto de autorização da ANP expedida ao detentor de autorização de pesquisa ou concessão de lavra da referida formação devendo a exploração se dar por conta e risco do autorizatário.

§ 1º A ANP articular-se-á com o DNPM e outras agências para adequar a regulação mineral e de aproveitamento de aquíferos salobros a que se refere o caput deste artigo quando for o caso

§ 2º O gás natural importado ou extraído, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e armazenado em formações geológicas naturais não constitui propriedade da União, conforme o art. 20 da Constituição Federal.

~~Art. 39. A ANP disponibilizará aos interessados, de forma onerosa, os dados geológicos relativos às áreas com potencial para estocagem de gás natural, para a análise e confirmação de sua adequação.~~

~~§ 1º A realização das atividades de pesquisas exploratórias não exclusivas necessárias à confirmação da adequação das áreas com potencial para estocagem dependerá de autorização da ANP.~~

~~§ 2º Todos os dados obtidos nas atividades exploratórias de que trata o § 1º deste artigo serão repassados, de forma não onerosa, para a ANP.~~

Art. 40. A estocagem de gás natural em instalação diferente das previstas no art. 38 e 39 desta Lei será autorizada pela ANP, nos termos da legislação pertinente.

Art. 41. A ANP expedirá regulamentação específica para disciplinar a comercialização de armazenamento promovendo a livre concorrência

Art. ~~42~~41. A atividade de acondicionamento de gás natural será exercida por empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, mediante autorização.

—Art. ~~43~~42. A ANP regulará o exercício da atividade de acondicionamento para transporte e comercialização de gás natural ao consumidor final por meio de modais alternativos ao dutoviário.

§ 1º Entende-se por modais alternativos ao dutoviário a movimentação de gás natural por meio rodoviário, ferroviário e aquaviário.

§ 2º A ANP articular-se-á com outras agências para adequar a regulação do transporte referido no § 1º deste artigo, quando for o caso.

Alterações para o Lei de Gás 11.909 de 4 de março 2009 *[versão limpa]*

Art. 3º A atividade de transporte de gás natural será exercida por sociedade ou consórcio cuja constituição seja regida pelas leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, mediante os regimes de:

- I - concessão, precedida de licitação; ou
- II - autorização.

§ 1º O regime de autorização de que trata o inciso II do **caput** deste artigo aplicar-se-á aos gasodutos de transporte que envolvam acordos internacionais, enquanto o regime de concessão aplicar-se-á a todos os gasodutos de transporte considerados de interesse geral.

§ 2º Caberá ao Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, fixar o período de exclusividade que terão os carregadores iniciais para exploração da capacidade contratada dos novos gasodutos de transporte.

§ 3º A empresa ou o consórcio de empresas concessionários ou autorizados para o exercício da atividade de transporte de gás natural somente poderão explorar aquelas atividades referidas no [art. 56 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), além das atividades de transporte de biocombustíveis e construção e operação de terminais.

§ 4º Poderá ser delegada à ANP a competência para declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação dos gasodutos concedidos ou autorizados e de suas instalações acessórias.

CAPÍTULO IV

DA ESTOCAGEM E DO ACONDICIONAMENTO DE GÁS NATURAL

Art. 37. A atividade de estocagem de gás natural será exercida por empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor mediante autorização.

§ 1º A empresa ou o consórcio de empresas autorizados para o exercício da atividade de estocagem de gás natural não poderão exercer atividades de transporte ou carregamento de gás natural.

Art. 38. O exercício da atividade de estocagem de gás natural em reservatórios de hidrocarbonetos será objeto de autorização da ANP expedida ao concessionário do referido reservatório devendo a exploração se dar por conta e risco do concessionário.

§ 1º Reservatórios de hidrocarbonetos devolvidos à União serão concedidos conformes as regras vigentes e caberá ao concessionário propor sua conversão para uso como campo de estocagem de gás.

§ 2º O gás natural importado ou extraído, nos termos do [art. 26 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), e armazenado em formações geológicas naturais não constitui propriedade da União, conforme o [art. 20 da Constituição Federal](#).

Art. 39. O exercício da atividade de estocagem de gás natural em outras formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos será objeto de autorização da ANP expedida ao detentor de autorização de pesquisa ou concessão de lavra da referida formação devendo a exploração se dar por conta e risco do autorizatário.

§ 1º A ANP articular-se-á com o DNPM e outras agências para adequar a regulação mineral e de aproveitamento de aquíferos salobros a que se refere o caput deste artigo quando for o caso

§ 2º O gás natural importado ou extraído, nos termos do [art. 26 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), e armazenado em formações geológicas naturais não constitui propriedade da União, conforme o [art. 20 da Constituição Federal](#).

Art. 40. A estocagem de gás natural em instalação diferente das previstas no art. 38 e 39 desta Lei será autorizada pela ANP, nos termos da legislação pertinente.

Art. 41. A ANP expedirá regulamentação específica para disciplinar a comercialização de armazenamento promovendo a livre concorrência

Art. 42. A atividade de acondicionamento de gás natural será exercida por empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, mediante autorização.

Art. 43. A ANP regulará o exercício da atividade de acondicionamento para transporte e comercialização de gás natural ao consumidor final por meio de modais alternativos ao dutoviário.

§ 1º Entende-se por modais alternativos ao dutoviário a movimentação de gás natural por meio rodoviário, ferroviário e aquaviário.

§ 2º A ANP articular-se-á com outras agências para adequar a regulação do transporte referido no § 1º deste artigo, quando for o caso.